



CAPA

A volta do ilusionista

A ALIANÇA COM O CENTRÃO REANIMA A PAUTA ULTRALIBERAL DE PAULO GUEDES. MAS, ATÉ AGORA, O MINISTRO SÓ PRODUZ ESPUMA

por CARLOS DRUMMOND

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tornou-se nacionalmente famoso ao sugerir naquela fatídica reunião ministerial de 22 de abril que o governo aproveitasse a desatenção da mídia, concentrada na pandemia do coronavírus, para “passar a boiada”. Mas que fique registrado para a história: embora marcado pela frase, Salles não externou um pensamento próprio. Ao contrário, expressou um certo consenso da administração Bolsonaro, uma concepção razoavelmente generalizada nos palácios e ministérios, afiados à obsessão de destruir os alicerces da Constituição de 1988 sem colocar nada no lugar. Cercado pelo Ministério Público, que o investiga

por corrupção, e pelos investidores estrangeiros, que o querem longe da pasta, o boquirroto ministro do Meio Ambiente tornou-se responsável por dar fim a seus próprios delirantes planos. Desde então, Salles caminha pela Esplanada como um

moribundo. Ninguém lhe dá atenção.

O mesmo não acontece com o colega Paulo Guedes, da Economia. Após submergir no início da crise da Covid-19 e de contribuir de forma genuína para o desastre econômico por causa da inépcia de suas propostas de socorro ao setor produtivo, o ministro tenta sair das cordas – ao lado de Bolsonaro – para liderar uma contraofensiva e dar sobrevida política ao governo. Reanimado por um obscuro pacto entre os donos do poder, cujo resultado mais visível tem sido o cabresto imposto ao ex-capitão, menos histriônico desde a prisão de Fabrício Queiroz, Guedes passou as últimas semanas a enfileirar os bois, vacas, camelos, patos e gansos que deseja empurrar pela porteira aberta do desmonte nacional. O ministro, notabilizado por vender ilusões, aposta na

A DERROTA NO FUNDEB E O PÍFIO REMENDO DE REFORMA TRIBUTÁRIA EXPÕEM A INCOMPETÊNCIA DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA





aliança com os neoaliados do Centrão para aprovar no Congresso uma pauta anacrônica de reformas ultraliberais únicas do gênero no mundo atual.

Trata-se da mesma agenda que fracassou no primeiro ano do governo, salva a tortuosa, desidratada e ineficaz reforma da Previdência. Guedes voltou a propor o sistema de capitalização para as aposentadorias, maciçamente rejeitado pelo Parlamento, a recriação, não se sabe quando, da CPMF, a privatização de quatro grandes estatais até setembro, ousadia impraticável, o enterro definitivo da CLT, por meio da substituição do salário mensal pela hora trabalhada, e a desoneração da folha de pagamento das empresas sem uma fonte equivalente de receita que sustente obrigações nas áreas de saúde e educação. Pairam, no entanto, enormes dúvidas sobre o êxito

O “Posto Ipiranga” promete mundos e fundos, o possível e o impossível, mas os sucessivos fracassos geram desconfianças entre aliados

da operação de “passar a boiada”, dada a incapacidade do governo de articular uma base mínima no Congresso e de apresentar um conjunto de propostas organizadas e coerentes. A retumbante derrota na votação do Fundeb na terça-feira 21, descrita em detalhes pelo repórter André Barrocal à página 24, é o último, mas não o único nem o maior exemplo da incompetência que se tornou um traço da equipe econômica.

Como alimenta a ilusão de ser o centro do universo – recentemente, disse salvar a República duas ou três vezes por dia –, o “Posto Ipiranga” voltou a ameaçar um pedido de demissão, caso sua agenda trave ou desidrate no Congresso. Oxalá,

não fosse a dubiedade. Em uma palestra *online* da corretora XP, afirmou que só sairia do governo se “abatido a tiros” ou se deputados e senadores recusassem os seus planos. A declaração teria comovido o Parlamento? Não muito. “Como dizia Einstein”, analisa o senador Randolfe Rodrigues, da Rede, “insanidade é insistir na mesma fórmula e pensar que com isso se conseguirão resultados diferentes. Paulo Guedes age como se nada tivesse acontecido no mundo. A agenda econômica ortodoxa, que parece ser a única aula à qual ele compareceu, não é seguida por nenhum país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Todos buscam colocar recursos do Estado na economia para salvar os mais vulneráveis, a renda das famílias e das empresas, principalmente as micro e pequenas.”



No Brasil, sublinha o senador, só 17% das empresas tiveram acesso a crédito nos bancos e, em alguns estados, metade das microempresas vai fechar durante a pandemia ou não voltará a abrir depois. “Os recursos financeiros não chegam nem às grandes, veja o caso da Latam, obrigada a pedir concordata vergonhosamente nos EUA porque não teve acesso a crédito aqui no BNDES. Quem é o responsável? O governo fez uma escolha, no começo da pandemia colocou 1,2 trilhão de reais no caixa dos bancos, em vez de canalizar direto na economia e nos bancos públicos para o crédito chegar com facilidade às firmas.”

O encaminhamento pelo ministro, na terça-feira 21, de um fragmento de reforma tributária frustrou parlamentares e governadores por unificar apenas os impostos federais PIS e Cofins, ao contrário dos projetos existentes na Câmara e no Senado que envolvem também tributos

de estados e municípios. A proposta eleva a carga do setor de serviços, que reivindica a dispensa da contribuição previdenciária como compensação, não inclui a nova CPMF sobre transações eletrônicas e, segundo vários especialistas, passa longe da redução da carga de impostos e de mudanças de tributação sobre a renda e o patrimônio, além de manter intacto o caráter regressivo do sistema.

Guedes quer privatizar tudo, mas, neste ano, por causa exclusiva de um esforço

do Senado, que discutia a proposta desde 2017, só o novo marco regulatório do saneamento saiu do papel. Para tentar conquistar o eleitorado de baixa renda, prepara uma esperteza: substituir o Bolsa Família e vários outros programas sociais pelo Renda Brasil, a ser implantado em setembro, após o pagamento da última parcela do auxílio emergencial de 600 reais. O plano envolve, no fundo, a diminuição da proteção social dos mais vulneráveis, alertam vários economistas. O ministro disse que pretende incluir de 6 milhões a 10 milhões dos 38 milhões de “brasileiros invisíveis” do mercado informal no “programa de assistência social Renda Brasil”, que prevê a extinção do Bolsa Família e de “programas menos eficientes”. Informou ter 50 bilhões de reais garantidos até o momento para a empreitada, mas o orçamento acima dos 30 bilhões do Bolsa Família é uma vantagem ilusória, alerta

**O CENTRÃO
É PRAGMÁTICO E
NÃO TOTALMENTE
VINCULADO
AO SISTEMA
FINANCEIRO**



o deputado Carlos Zarattini. “Mesmo se Guedes colocar 70 bilhões de reais no Renda Brasil, isso dará apenas de 200 a 250 reais por família. O beneficiário do auxílio emergencial recebe, entretanto, 600 reais. Para quem está no Bolsa Família e recebe 150, 180 reais, melhora um pouquinho, mas são 14,3 milhões de famílias, enquanto o auxílio emergencial beneficia 60 milhões.”

A busca de base parlamentar por Bolsonaro aumenta a possibilidade de aprovar a agenda de Guedes, acredita a deputada Jandira Feghali. Mas, contrapõe, o Centrão é heterogêneo e não é todo vinculado ao capital financeiro como o ministro. “Há uma parcela que não tem essa conexão tão aberta e que está ligada à micro e pequena empresa, à agricultura, à indústria, que vão, obviamente,

O auxílio emergencial, apesar de mal distribuído, segura as pontas de milhões. O governo quer aprofundar a precarização do trabalho

atuar sobre as bancadas. Acho que o isolamento de Bolsonaro e a ampliação de um campo de forças, inclusive com a presença de setores empresariais que discordam da política econômica, podem nos ajudar contra essa pauta tão restritiva do papel do Estado.”

Segundo o deputado Marcelo Ramos, as demonstrações até aqui não confirmam que a aproximação entre Bolsonaro e o Centrão aumentaria as chances de aprovação da pauta ultraliberal. “O processo de negociação do Fundeb foi duro, mas eles acabaram cedendo”, lembra o parlamentar. “Vamos ver como será a votação do fim da desoneração da folha de pagamento. Eu não daria a aprovação dessa pauta como algo certo. Agora

o governo tem uma interlocução com os líderes de partidos que reúnem por volta de 200 deputados na Câmara. Ainda que todos votassem unidos, isso não garantiria nem maioria simples. Além do que, há dentro desses partidos do centro uma série de deputados que não têm alinhamento com o pensamento retrógrado do ministro.” O governo tem mais deputados do que tinha antes, admite, mas ainda não reúne o suficiente para aprovar as medidas de Guedes, que “são de um liberalismo que o mundo inteiro abandonou”.

A jogada de implantar o Renda Brasil quando o auxílio emergencial terminar, ainda que desse certo, não bastaria para deter o desgaste do governo, acredita o senador Jean-Paul Prates. “Bolsonaro precisa mais do que conter sua queda de popularidade. Precisa recuperar um terreno perdido significativo.” O governo, prossegue, perdeu credibilidade entre apoiadores de peso e na população

LUIS ALVARENGA/GETTY IMAGES/AFP E RENATO LUIZ FERREIRA



de forma geral, como mostra a mais recente pesquisa Vox Populi. Em três meses, subiu de 52% para 59% o percentual de eleitores que consideram Bolsonaro incapaz de governar o País nesta crise, e 63% não acreditam que ele esteja sendo “perseguido” e “atrapalhado” em sua missão de governar. “Há um dado muito importante: só 50% dos antipetistas acreditam que o PT exagera na oposição que faz ao governo, enquanto 17% acham que essa oposição está na medida certa e 20% pensam que estamos pegando leve”, dispara Prates. “A meu ver, são indicadores de que medidas cosméticas e pequenas concessões, como a prorrogação do auxílio, não bastarão para reverter a exaustão da população com um governo que conjuga inépcia com crueldade.”

As ponderações do deputado Alessandro Molon vão na mesma direção. “Parte da agenda de Paulo Guedes exige emenda à Constituição e, portanto, três quintos dos votos. É muito improvável que sejam aprovadas pautas tão prejudiciais como a retomada da CPMF, proposta que só reflete a incapacidade deste governo de propor medidas para o Brasil sem punir os trabalhadores. Mas projetos como a ampliação da rede de proteção social ou ajustes regulatórios devem passar com mais facilidade com esse esforço recente de Bolsonaro de baixar o tom do diálogo público e atuar no toma lá dá cá que ele tanto criticou.”

Vitórias importantes contra o governo só foram possíveis com a participação do Centrão, a começar pelo aumento de 200 para 600 reais do auxílio emergencial e o socorro aos estados. A oposição acha possível derrotar Bolsonaro e Guedes também nas questões da desoneração das empresas, aprovada no Congresso, derrubada pelo presidente, e que terá o veto submetido aos parlamentares, de aspectos do Projeto de Lei 873 que ampliava o auxílio emergencial



Guedes quer substituir o Bolsa Família pelo Renda Brasil. Pegadinha: a mudança levará à redução dos gastos sociais no Brasil

e o transformava quase num pagamento de renda mínima para várias categorias, e do congelamento da progressão de salários de todos os trabalhadores, inclusive da saúde e da segurança públicas que enfrentam a pandemia. A formação na terça-feira 21 de uma frente parlamentar em defesa de uma renda mínima com todos os partidos, exceto o Novo, reforça a interpretação de que o pragmatismo do Centrão tem antenas voltadas também para as questões importantes para o seu eleitorado.

Para o senador Jaques Wagner, a extensão do auxílio emergencial amplia a

aprovação do presidente, especialmente nas camadas que o recebem, mas não tende a dar força à pauta de Guedes, até pelo fato de o auxílio ter sido um projeto das oposições. “A agenda popular é outra”, diz, “não é essa do ministro da Economia, mas os parlamentares, mesmo os liberais conservadores, vão defender, porque ficam bem com a população. O auxílio emergencial e, em alguma medida, matérias que dizem respeito a direitos sociais realmente ganham uma adesão de setores conservadores. Quando se trata de reforma do Estado, reforma da Previdência e reforma administrativa, entretanto, aí eles são absolutamente conservadores, alavancados pela política do toma lá dá cá.”

Zarattini prevê dificuldades para o governo. “A situação econômica no segundo semestre vai ser pavorosa. Há



522 mil empresas que fecharam, segundo o IBGE, desemprego de 13% e o dinheiro de socorro do governo está retido na maior parte. Ninguém sabe o que vai acontecer depois do pagamento da quinta parcela do auxílio emergencial. E ainda teremos as eleições municipais.” É importante lembrar, como observa o senador Randolfe Rodrigues, que oito de cada dez medidas de enfrentamento à pandemia saíram do Congresso e todas elas partiram claramente da oposição.

Guedes e Bolsonaro continuarão a se esforçar para atolar cada vez mais o Brasil no dogmatismo neoliberal, o que só é possível devido, entre outros motivos, à profunda desmobilização das forças progressistas, à falta de comprometimento das elites com o destino do País e à contribuição da Lava Jato para a aceitação da ideia de austeridade fiscal, segundo vários economistas. “Na Europa e nos Estados Unidos, há neste momento uma queda de braço entre, de um lado, os fundamentalistas da austeridade e, de outro, os que se batem por um programa de reformas calçado em uma ampliação dos gastos públicos. Por aqui, os conservadores sabem que as forças progressistas atravessam um momento de baixa capacidade de mobilização social e política”, avalia o economista Lício da Costa Raimundo, professor da Facamp, de Campinas.

Segundo a economista Leda Paulani, professora da USP, “se houve algum dia qualquer laivo de orgulho produtivista por parte de nossas elites, hoje não há praticamente nada a não ser pura avidez rentista e sanha especulativa, à parte as exceções de praxe. Isso significa que o objetivo tem de ser a preservação da riqueza financeira, bem como sua valorização, e é evidente que a pandemia obriga a colocar em cena tudo aquilo que pode representar uma ameaça a essas metas, ou seja, uma política fiscal menos austera, adequada à situação de

PARTE DAS REFORMAS EXIGE TRÊS QUINTOS DOS VOTOS NO CONGRESSO, APOIO QUE O GOVERNO NÃO TEM

emergência social que se agregou a um grave descenso cíclico, um crescimento da dívida inimaginável em ‘tempos normais’ e um déficit primário que eles não vislumbraram nem em seus piores pesadelos. Concordar com os novos ventos seria equivalente a admitir que a presença do Estado é uma necessidade permanente e que a teoria monetária que serviu de escudo para as políticas austericidas, que continuam a ser defendidas, está claramente em xeque”.

As causas específicas do radicalismo neoliberal único do País parecem incluir ainda “uma junção no imaginário social de que os escândalos de corrupção



Rodrigo Maia, presidente da Câmara, tem a sua própria agenda liberal e ambições

expostos pela Lava Jato foram os causadores da crise fiscal do governo Dilma, que, por sua vez, teria provocado a crise econômica. Apesar de essa relação de causa-efeito não ser verdadeira, ela é intuitiva para uma imensa parcela da população, até porque ela compara as finanças pessoais com as públicas, o que é um grande engano. Daí parte da população acreditar que o Estado iria quebrar, de que não havia possibilidade de não se fazer um ajuste fiscal e, então, confiar a um economista liberal anacrônico os rumos da economia brasileira”, analisa Fábio Terra, professor da Universidade Federal do ABC e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Os brasileiros, diz, compraram a ideia de que é preciso austeridade fiscal, o que atrapalha muito o uso da política fiscal como instrumento econômico.

“Além dos efeitos econômicos, há os impactos negativos na dimensão humana, menos tangíveis, mas talvez ainda mais graves. A vida das famílias que não habitam o topo da pirâmide foi muito abalada. Jovens que aos trancos e barrancos conseguiam adiar a entrada no mercado de trabalho para estudar são agora obrigados a buscar alternativas de renda em atividades degradantes, na condição de entregadores por aplicativos ou como empregadas domésticas. E por mais estarrecedor que seja, Paulo Guedes, pivô do rentismo, anuncia que no pós-pandemia todos teremos de nos sacrificar para arcar com os custos fiscais das medidas de emergência que tiveram de ser adotadas para evitar o pior. Proposições como essa não resistem à lógica mais básica que governa as finanças públicas e não encontram um único êxito em 200 anos de capitalismo ao redor do mundo”, dispara o economista e pós-doutorando do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Marcelo Manzano.

Parecem, no entanto, ser levadas a sério no Brasil que elegeu Bolsonaro. •

